

SESSÃO EVOCATIVA DO 63º ANIVERSÁRIO DA NAKBA

LISBOA - 16 DE MAIO DE 2011

INTERVENÇÃO DO EMBAIXADOR MUFEED SHAMI (*)

Caros amigos solidários com o povo palestino do MPPM, caros amigos da mesa Maria do Céu Guerra, Carlos Almeida e José Manuel Rosendo,

Tenho a honra de saudar todos os membros do Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente e todas as pessoas presentes. Agradeço ao MPPM do fundo do coração por me ter convidado a comemorar hoje este dia tão doloroso para o coração de qualquer palestino. Comemoramos este dia na esperança de alcançar um futuro melhor para todos os palestinos. Tenho a honra de transmitir também as saudações e os agradecimentos de Sua Excelência o Presidente Mahmoud Abbas e de Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros Ryad Al-Malki. A vossa solidariedade com o povo palestino e com esta causa é de grande importância para a liderança palestina, para o povo palestino e também para mim, como embaixador da Palestina em Portugal. Valorizamos a vossa solidariedade e o vosso empenho. Estou consciente que a vossa dedicação facilitou o trabalho da Missão Diplomática da Palestina em Portugal e encorajou todos os seus funcionários. É inquestionável que a vossa solidariedade com o povo palestino reforça a sua determinação pois sabe que não está sozinho na luta pelos seus direitos e pela sua causa, antes partilha o seu sonho em estabelecer um estado palestino independente.

Ontem comemorámos 63 anos de Nakba, a catástrofe da Palestina e dos Palestinos, que começou com o Congresso Sionista em 1897 em Basileia, Suíça, e culminou no dia 15 de Maio de 1948. Nesse dia, o Estado de Israel foi estabelecido pela força das armas sobre as ruínas da nossa pátria e os crimes e massacres cometidos tiveram como consequência o exílio do nosso povo dentro da própria Palestina, os campos de refugiados e a diáspora. Será que o nosso povo e o mundo podem esquecer os massacres de Deira Yassin, de Qibia, de Nahalin e outros massacres cometidos entre 1947 e 1948, para além dos massacres posteriores?

Em 1947 os poderes colonialistas que então controlavam as Nações Unidas resolveram partilhar a nossa pátria em dois estados: um Árabe Palestino e outro Israelita Judeu. Contudo, o Estado Palestino nunca viu a luz e a legitimidade internacional não foi respeitada.

Assim, o Povo Palestino foi obrigado a escolher um de dois caminhos: ou desaparecer por completo ou resistir e defender-se, animado pelo direito de manter a sua pátria eterna na Palestina onde tem uma longa e enraizada história. Não hesitou, pois, em escolher o caminho da recusa e da resistência sob todas as suas formas. Não aceitou a humilhação e recusou a colonização dos locais sagrados, da terra e das pessoas. O Povo Palestino acredita na paz, no direito dos povos à auto-determinação e na contribuição de todos para a civilização comum.

A Palestina é a nossa pátria: a nossa e a dos nossos pais e antepassados. É a pátria dos nossos netos e das próximas gerações. A Palestina é a nossa terra insubstituível, é a nossa única pátria. Cada refugiado palestino espera pelo dia em que possa regressar ao seu país, pelo dia em que prevaleça a legitimidade internacional. Essa

mesma legitimidade que não quis esquecer a Nakba e o direito de regresso de todos os palestinianos que foram expulsos da Palestina e obrigados a viver em campos de refugiados ou na diáspora.

No início, os líderes do movimento Sionista e, mais tarde, os líderes de Israel questionaram a existência do Povo Palestino. Para eles a Palestina era uma terra sem povo e os Judeus um povo sem terra, negando assim a existência do Povo Palestino. Assumiram que as novas gerações que viveriam na diáspora iriam esquecer a Palestina. Será que hoje ainda ousam colocar a mesma questão? Quem ousará dizer que os velhos morrem e as novas gerações esquecem? O que dizem sobre as crianças que desafiam os tanques com uma pedra? O que dizem sobre os enormes sacrifícios do Povo Palestino? O que dizem sobre a Organização de Libertação da Palestina e a sua visão que exprimiu a nossa aspiração nacional de estabelecer um Estado Palestino independente e auto-determinado? Todos estes esforços colectivos forçaram Israel a assinar os acordos com a OLP e a estabelecer a Autoridade Nacional Palestina, núcleo de um Estado Palestino independente. A realidade palestina é tão óbvia e clara em todo o mundo que hoje já ninguém ousa negar ou ignorar a sua existência.

Durante estes 63 anos de Nakba milhares de pessoas foram mortas, feridas, feitas prisioneiras e exiladas porque se recusaram a viver sob a ocupação e escolheram a liberdade e a independência.

Não obstante esta enorme catástrofe, a opção pela paz foi a nossa única escolha estratégica para consagrar uma paz justa, integral e duradoura no Médio Oriente em conformidade com as resoluções das Nações Unidas nºs 242, 338, 425, 194, 1397, 1515 e outros acordos internacionais, com especial referência ao *road map* adoptado pelo Quarteto constituído pelas Nações Unidas, União Europeia, Estados Unidos e Federação Russa.

Os Palestinos não podem aceitar outra solução que não seja a retirada completa de Israel dos seus territórios até às fronteiras de 4 de Junho de 1967 e o desmantelamento de todos os colonatos por serem considerados ilegais pelo direito internacional. Nunca haverá paz e segurança sob ocupação e colonização.

O conceito de retirada completa e de uma paz justa e duradoura deverá ser acompanhado pelo reconhecimento pleno por parte de todos os países Árabes conforme determinado nas iniciativas da Liga Árabe e nos princípios das Conferências de Paz relacionadas com a causa Palestina, tais como Madrid, Washington, Cairo, Sharm el-sheikh, Taba, Wye River, Paris e Annapolis.

Pese embora a sistemática rejeição israelita de todas as iniciativas de paz que possam conduzir a uma paz integral e duradoura no Médio Oriente, a liderança palestina chefiada pelo Presidente Mahmoud Abbas anunciou a nossa estratégia nacional para o fim da ocupação e independência:

- Não há regresso às negociações até à suspensão completa da construção e expansão dos colonatos;
- Todas as negociações futuras deverão obedecer a um quadro de referências e a um calendário em conformidade com as resoluções das Nações Unidas;
- O resultado final de todas as negociações será o estabelecimento dum Estado Palestino independente com as fronteiras de 4 de Junho de 1967;
- A reestruturação das instituições governamentais e não governamentais palestinas no sentido de as converter em instituições estatais e de reduzir a sua dependência de ajudas externas. Este objectivo já foi alcançado e tanto a União Europeia como as Nações Unidas reconheceram que as instituições palestinas estão preparadas para fazer face à independência a partir de agora;

- Acabar com a divisão interna entre Gaza e Cisjordânia através do acordo assinado no Cairo há duas semanas. O acordo prevê a formação de um governo de independentes e de tecnocratas com um mandato específico: preparar as eleições presidenciais, legislativas e locais e reconstruir o que foi destruído durante o ataque israelita de 2008 contra Gaza.
- Continuação da resistência popular por meios pacíficos contra as actuais políticas e acções israelitas; rejeição da ocupação, rejeição da expansão dos colonatos, rejeição da construção do muro de separação até ao estabelecimento dum Estado Palestino independente e democrático;
- Todos os prisioneiros políticos palestinos detidos nas prisões israelitas devem ser libertados.

Viva a Palestina

Viva Portugal

Viva o Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente.

Viva a Amizade e a Solidariedade do Povo Português com o Povo Palestino.

(O Embaixador Mufeed Shami é o representante diplomático da Palestina em Portugal. Esta intervenção foi proferida na sessão pública evocativa do 63º Aniversário da Nakba promovida pelo MPPM, na Casa do Alentejo, em Lisboa, no dia 16 de Maio de 2011.*